

2 CONTEXTO FEDERAL

O território brasileiro encontra-se recoberto pelos mais variados ecossistemas, colocando-se entre os países com maior diversidade de vida no planeta, abrigando cerca de 2% do total das espécies existentes.

A cada ano, milhares de plantas e animais desaparecem da terra e com eles a possibilidade de serem reconhecidas pela ciência. Desaparecem também as oportunidades de fornecerem benefícios para a humanidade e de ajudarem à manutenção da vida no planeta. Por isso, preservar a diversidade biológica de um país é, antes de tudo, um investimento necessário para manter válidas as opções futuras, contribuindo para a evolução do conhecimento científico, econômico e social.

As Unidades de Conservação representam uma das melhores estratégias de proteção aos elementos e patrimônio naturais. Nestas áreas, a fauna e a flora são conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção do estoque da biodiversidade.

O elenco adotado de objetivos de conservação em um país evidencia a necessidade de as Unidades de Conservação, em seu conjunto, serem estruturadas em um sistema, tendo por finalidade organizar, proteger e gerenciar estas áreas naturais. No caso de algumas categorias de áreas protegidas, também representam uma oportunidade de desenvolvimento de modelos de utilização sustentável dos recursos naturais. Quanto aos valores estéticos e culturais, oferecem condições para sua proteção e conservação.

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza está se consolidando de modo a ordenar as áreas protegidas de uso indireto e de uso direto dos recursos, nos níveis federal, estadual e municipal. Os objetivos de manejo das diversas categorias de Unidades de Conservação são diferenciados, embora contribuindo, todos, para que os objetivos nacionais de conservação sejam atendidos. Este Sistema constitui-se, portanto, em um instrumento amplo, porém integrado, que visa garantir a manutenção dos processos ecológicos, representados em amostras dos diferentes ecossistemas do país.

Para que as Unidades de Conservação de uso indireto possam atingir seus objetivos, faz-se necessário um planejamento específico, estruturado no Plano de Manejo. Neste Encarte são apresentadas as Unidades de Conservação no âmbito federal, através do seu enquadramento sob diferentes aspectos e a sua representatividade no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

2.1 UNIDADES FEDERAIS DE CONSERVAÇÃO DE USO INDIRETO

A Tabela 2.1 apresenta uma relação das Unidades federais de uso indireto, seus respectivos decretos de criação, áreas de abrangência e municípios em que estão inseridas.

TABELA 2.1 - Unidades de Conservação de Uso Indireto.

Parques Nacionais					
Nº	Unidades de Conservação	UF	Decreto e Data de Criação	Área (ha)	Municípios
1	Amazonas	PA/AM	73.683 de 19/02/74	994.000,00	Itaituba/Aveiroa e Maués
2 3	Aparados da Serra	RS/SC	47.446 de 17/12/59 70.296 de 17/03/72	10.250,00	Praia Grande e Cambará do Sul
4	Araguaia	TO	47.570 de 31/12/59 68.873 de 05/07/71 71.879 de 01/03/73 84.844 de 24/06/80	562.312,00	Pium, Cristalândia e Formoso de Goiás
5	Brasília	DF	241 de 29/11/61	30.000,00	Distrito Federal
6	Cabo Orange	AP	84.913 de 15/07/80	619.000,00	Calçoene e Oiapoque
7	Caparaó	MG/ES	50.646 de 24/05/61	26.000,00	Presidente Soares, Espera Feliz, Luna e Alegre
8	Cavernas do Peruaçu	MG	s/nº de 21/09/99	56.800,00	Januária, Itacarambi e São João das Missões
9	Chapada Diamantina	BA	91.655 de 17/09/85	152.000,00	Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Andaraí e Ibicoara
10	Chapada dos Guimarães	MT	97.656 de 12/04/89	33.000,00	Chapada dos Guimarães
11	Chapada dos Veadeiros	GO	49.875 de 11/01/61 70.492 de 11/05/72 86.596 de 17/11/81	60.000,00	Alto Paraíso e Cavalcante
12	Descobrimento	BA	s/nº de 20/04/99	21.129,00	Prado
13	Emas	GO	49.874 de 11/01/61	131.868,00	Mineiros
14	Grande Sertão Veredas	MG	97.658 de 12/04/89	84.000,00	Formoso e Januária
15	Iguaçu	PR	1.035 de 10/01/39 86.676 de 01/12/81	185.262,50	Foz do Iguaçu, Medianeira, Céu Azul e São Miguel do Iguaçu

16	Itatiaia	RJ	1.713 de 14/06/37 87.586 de 20/09/82	30.000,00	Resende, Liberdade e Itamonte
17	Jaú	AM	85.200 de 24/09/80	2.272.000,00	Novo Airão e Barcelos
18	Lagoa do Peixe	RS	93.546 de 06/11/86	34.400,00	Mostarda, Tavares e São José do Norte
19	Lençóis Maranhenses	MA	86.060 de 02/06/81	155.000,00	Barreirinha e Primeira Cruz
20	Marinho de Abrolhos	BA	88.218 de 06/04/83	91.235,50	Mar Territorial Brasileiro
21	Fernando de Noronha	PE	96.693 de 14/09/88	11.270,00	Mar Territorial Brasileiro
22	Monte Pascoal	BA	242 de 24/11/61	22.500,00	Porto Seguro
23	Monte Roraima	RR	97.887 de 28/06/89	116.000,00	Boa Vista e Normandia
24	Pacaás Novos	RO	84.019 de 21/09/79	764.801,00	Guarajá Mirim, Costa Marques, Jarú, Ouro preto do Oeste, Porto Velho e Alvorada do Oeste
25	Pantanal Mato-grossense	MT	88.392 de 24/09/81	135.000,00	Poconé
26	Pau Brasil	BA	s/nº de 20/04/99	11.538,00	Porto Seguro
27	Pico da Neblina	AM	83.550 de 05/06/79	2.200.000,00	São Gabriel da Cachoeira, Santa Izabel do Rio Negro
28	Restinga de Jurubatiba	RJ	s/nº de 29/04/98	14.860,00	Carapebus, Macaé e Quissanã
29	São Joaquim	SC	50.922 de 06/06/61	49.300,00	Bom Jardim da Serra, Grão Pará, Ubiraci, Orleans e São Joaquim
30	Serra da Bocaina	RJ	68.172 de 04/02/7 70.694 de 08/06/72	104.039,00	São José do Barreiro, Ubatuba, Cunha, Angra dos Reis e Paraty

31	Serra da Canastra	MG	70.355 de 03/04/72	71.525,00	São Roque de Minas, Sacramento e Delfinópolis
32	Serra da Capivara	PI	83.548 de 05/06/79	100.000,00	Canto do Buriti, São Raimundo Nonato e São João do Piauí
33	Serra do Cipó	MG	90.223 de 25/09/84	33.800,00	Jaboticatubas, Santana do Riacho, Morro do Pilar, Conceição do Mato Dentro
34	Serra das Confusões	PI	s/nº de 02/10/98	502.411,00	Guaribas, Tamboril do Piauí, Alvorada do Gurguela, Cristiano Castro, Bom Jesus, Jurema e Santa Cruz.
35	Serra Divisor	AC	97.839 de 16/06/89	605.000,00	Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Taumaturgo e Porto Walter
36	Serra da Mocidade	RR	s/nº de 29/04/98	350.960,00	Caraçaí
37	Serra dos Órgãos	RJ	1.822 de 30/11/39 90.023 de 02/08/84	11.800,00	Teresópolis, Magé e Petrópolis
38	Serra Geral	RS/SC	531 de 20/05/92	18.000,00	Cambará do Sul e Torres
39	Sete Cidades	PI	50.744 de 03/06/61	7.700,00	Piracuruca e Piripiri
40	Superagui	PR	97/688 de 25/04/89	21.400,00	Guaraqueçaba
41	Tijuca	RJ	50.923 de 06/07/61 70.186 de 23/02/72	3.200,00	Rio de Janeiro
42	Ubajara	CE	45.954 de 30/04/59 72.144 de 26/04/73	563,00	Ubajara
43	Ilha Grande	PR/MS	s/nº de 30/09/97	78.875,00	Antônia, São Jorge do Patrocínio, Vila Alta e Itacaraima, Novo Mundo, Eldorado, Naviraí e Itaquiraí

44	Viruí	RR	s/nº de 29/04/98	227.011,00	Caraçaí
Total				11.009.810,00	
Estações Ecológicas					
1	Anavilhanas	AM	86.061 de 02/06/81	350.018,00	Manaus e Novo Airão
2	Aracuri – Esmeralda	RS	86.061 de 02/06/81	272,00	Esmeralda
3	Caracaraí	RR	87.222 de 31/05/82	80.560,00	Caracaraí
4	Carijós	SC	94.656 de 20/07/87	1.296,00	Florianópolis
5	Guaraqueçaba	PR	87.222 de 31/05/82	13.638,00	Guaraqueçaba
6	Iquê	MT	86.061 de 02/06/81	200.000,00	Aripuanã e Juína
7	Jari	PA/AP	87.092 de 12/04/82	227.126,00	Almerim e Mazagão
8	Juami – Japurá	AM	91.307 de 03/06/85	572.650,00	Japurá
9	Maracá	RR	86.061 de 02/06/81	101.312,00	Boa Vista
10	Maracá – Jipioca	AP	86.061 de 02/06/81	72.000,00	Amapá
11	Niquiá	RR	91.307 de 03/06/85	286.600,00	Caracaraí
12	Pirapitinga	MG	94.656 de 20/07/87	1.000,00	Morada Nova de Minas
13	Rio Acre	AC	86.061 de 02/06/81	77.500,00	Assis Brasil e Sena Madureira
14	Seridó	RN	87.222 de 31/05/82	1.166,00	Serra Negra do Norte
15	Serra das Araras	MT	87.222 de 31/05/82	28.700,00	Barra do Bugres e Cáceres
16	Taiamã	MT	86.061 de 02/06/81	14.325,00	Cáceres
17	Taim	RS	92.963 de 21/07/86	33.815,00	Rio Grande e Santa Vitória do Palmar
18	Tamoios	RJ	98.864 de 23/01/90	4.070,00	Angra dos Reis e Paraty
19	Tupinambás	SP	94.656 de 20/07/87	4.628,00	Guarujá e Ubatuba
20	Aiuaba	CE			

21	Tupiniquins	SP	92.964 de 22/11/86	41,00	Peruíbe e Cananéia
22	Uruçuí-Una	PI	86.061 de 02/06/81	135.000,00	Ribeiro Gonçalves
Total				2.205.717,00	
Reservas Ecológicas					
1	Alcobaça	RJ	97.717 de 05/05/89	200,00	Petrópolis
2	Ilha dos Lobos	RS	88.463 de 04/07/83	2,00	Torres
3	Juami – Japurá	AM	88.542 de 21/07/83	173.180,00	Japurá
4	Jutaí – Solimões	AM	88.541 de 21/07/83	228.187,00	Jutaí Amatura, Santo Antônio do Içá
5	Raso da Catarina	BA	88.268 de 03/01/83	99.772,00	Paulo Afonso
6	Sauim – Castanheira	AM	87.455 de 12/08/82	109,00	Manaus
Total				501.450,00	
Reservas Biológicas					
1	Atol das Rocas	RN	83.549 de 05/06/79	36.249,00	Mar Territorial Brasileiro
2	Abufari	AM	87.585 de 20/09/82	288.000,00	Tapuá
3	Augusto Ruschi	ES	92.753 de 05/06/86 87.589 de 20/09/82	4.000,00	Santa Tereza
4	Comboios	ES	90.222 de 25/09/84	833,00	Aracruz, Linhares
5	Córrego Grande	ES	97.657 de 12/04/89	1.504,80	Conceição da Barra
6	Córrego do Veado	ES	87.590 de 20/09/82	1.854,00	Pinheiros
7	Guaporé	RO	87.587 de 20/09/82	60.000,00	Alta Floresta e Costa Marques
8	Guaribas	PB	98.884 de 20/01/90	4.321,00	Mamanguape e Rio Tinto
9	Gurupi	MA	95.614 de 12/01/88	341.650,00	Bom Jardim, Carutapera e Monção
10	Jaru	RO	83.716 de 11/07/79	268.150,00	Ji-Paraná
11	Lago Piratuba	AP	84.914 de 16/07/80	357.000,00	Amapá

12	Marinha do Arvoredo	SC	99.142 de 12/03/90	17.600,00	Governador Celso, Porto Belo, Tijucas e Mar Territorial
13	Pedra Talhada	PE/AL	98.524 de 13/12/89	4.469,00	Quebrângulo e Lagoa do Oueo
14	Poço das Antas	RJ	73.791 de 11/03/74	5.000,00	Silva Jardim
15	Trombetas	PA	84.018 de 21/09/79	385.000,00	Oriximiná
16	Saltinho	PE	88.744 de 21/09/83	548,00	Rio Formoso
17	Santa Izabel	SE	96.999 de 20/10/88	2.766,00	Pirambu e Pacatuba
18	Serra Negra	PE	87.591 de 20/09/82	1.100,00	Floresta, Inajá e Taracatu
19	Sooretama	ES	87.588 de 20/09/82	24.000,00	Linhares
20	Tapirapé	PA	97.719 de 05/05/89	103.000,00	Marabá
21	Tinguá	RJ	97.780 de 23/05/89	26.000,00	Duque de Caxias, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Pacarambi e Vassouras
22	Uatumã	AM	99.277 de 06/06/90	560.000,00	Presidente Figueiredo, São Sebastião de Uatumã e Urucará
23	Una	BA	85.463 de 10/12/80	11.400,00	Una
24	União	RJ	s/nº de 22/04/98	3.126,00	Casemiro de Abreu
Total				2.507.570,80	

2.2 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC)

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é o instrumento organizador das áreas naturais protegidas que, planejado, manejado e gerenciado como um todo, é capaz de viabilizar os objetivos nacionais de conservação.

Em 1.979 o Presidente da República João Figueiredo, atendendo aos anseios dos ambientalistas e às necessidades precípuas da conservação da natureza, lançou a 1ª Etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil.

Apoiando-se em leis anteriores, o Novo Código Florestal e a Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 4.771 de 1.965 e Lei nº 5.197 de 1.967), e ainda o Decreto-Lei nº 84.017 de 1.979, que regulamenta os Parques Nacionais Brasileiros,

instrumentos jurídicos que forneciam a necessária base legal, este Plano incluía disposições e recomendações embasadas em critérios técnicos e científicos, para a Organização das Unidades de Conservação Brasileira. Posteriormente, a Lei nº 6.902 de 1.981, criando as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental, veio referendar a instituição do Sistema de Unidade de Conservação do Brasil, contribuindo para o aperfeiçoamento de sua estrutura. Promulgada em 1.981, a Lei nº 6.938 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, também ampara a criação de áreas protegidas.

A esta primeira etapa seguiu-se, em 1.982, a segunda etapa, fortalecida posteriormente pelo Decreto nº 88.351 de 1.983, alterado pelo Decreto nº 99.274 de 1.990, regulamentando a Lei nº 6.902 de 1.981 e a Lei nº 6.938 de 1.981. Seguiram-se o Decreto nº 89.336 de 1.984, que cria as Reservas Ecológicas, e o Decreto nº 98.897 de 1990, que cria as Reservas Extrativistas. A Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), nº 13, de 1.990, veio regulamentar a questão de atividades em áreas circundantes às Unidades de Conservação num raio de 10 km. Em 1.994, o Decreto nº 1.298 aprovou o Regulamento das Florestas Nacionais.

Estava assim estabelecida a teia legal que fornece o amparo jurídico para o Sistema de Unidades de Conservação brasileiro. Juntamente com as normatizações do IBAMA, instituídas ao longo dos anos, estas etapas e sua base legal integram a organização do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil.

A consolidação deste Sistema busca a conservação da diversidade biológica à longo prazo, centrando-a em um eixo fundamental do processo conservacionista. Estabelece ainda a necessária relação de complementaridade entre as diferentes categorias de Unidades de Conservação, organizando-as de acordo com seus objetivos de manejo e tipos de uso: proteção integral e manejo sustentado.

A participação dos proprietários particulares vem somar esforços às ações dos governos federal, estadual e municipal, através do estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN.

A Moção nº 014 de 01/10/1.993 do CONAMA solicitou, formalmente, ao Congresso Nacional a agilização da votação do então Projeto de Lei sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, somente aprovado em 19/07/2.000. Esta Lei 9.985/2.000, estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, contemplando várias categorias de manejo de uso direto e indireto dos recursos naturais, e dando condições ao governo para a efetiva implementação do Sistema, bem como envolvendo as populações residentes dentro e fora das Unidades, estabelecendo multas e penalidades para os infratores e reconhecendo reservas particulares oficialmente estabelecidas. Ficam, assim, instituídos determinados incentivos ao setor privado que colaboram com a conservação da biodiversidade do país.

A Tabela 2.2, a seguir, resume a estruturação da base legal das Unidades de Conservação.

TABELA 2.2 - Estruturação da Base Legal das Unidades de Conservação.

Instrumento	Data	Artigo	U.C.	Categoria	Ementa
Lei nº 4.771 - Código Florestal	15/09/65	5º, alínea “a”	Parques Nacionais, Estaduais e Municipais; Reservas Biológicas	Uso Indireto	Para resguardar atributos naturais e fins científicos
Lei nº 4.771 - Código Florestal	15/09/65	5º, alínea “b”	Parques Nacionais, Estaduais e Municipais; Reservas Biológicas	Uso indireto	Para fins econômicos, temáticos e sociais
Lei nº 5.197 - Lei de proteção à Fauna	03/01/67	5º alínea “b”	Reservas Biológicas, Nacionais, Estaduais e Municipais	Uso Indireto	Proíbe caça, utilização, introdução de espécimes da fauna e flora, ressalvadas atividades científicas
- Decreto nº 84.017	21/09/79	1º Parágrafos 1º, 2º e 3º	Parques Nacionais	Uso Indireto	Regulamenta e estabelece normas
Lei nº 6.092	27/04/81	1º Parágrafos 1º, 2º e 3º	Estações Ecológicas	Uso Indireto	Proteção do ambiente natural, pesquisa e educação ambiental
Lei nº 6.092	27/04/81	9º alíneas a, b e c	Áreas de Proteção Ambiental	Uso Direto	Estabelece normas limitando ou proibindo atividades
Decreto nº 88.351	01/06/83	30º	Estações Ecológicas	Uso Indireto	Subordina ao CONAMA atividades que possam afetar a biota nas áreas circundantes
Decreto nº 89.336	31/01/84	1º	Reservas Ecológicas	Uso Indireto	Áreas de proteção permanente citadas no Art. 18 da Lei nº 6.938 de 31/08/81
Decreto nº 89.336	31/01/84	2º	Áreas de Relevante Interesse Ecológico	Uso Indireto	Para proteção de exemplares raros da biota regional

Lei nº 7.804	18/07/89	9º, Inciso VI	Reserva Extrativista	Uso Direto	Cria as reservas extrativistas ocupadas por grupos sociais e exploração dos recursos naturais em bases sustentáveis
Decreto nº 98.897	30/01/90	1º, 2º e 4º	Reserva Extrativista	Uso Direto	Regulamenta as reservas extrativistas
Decreto nº 1.298	27/10/94	1º, incisos I, II e III: 2º, alíneas a, b, c e d			

2.2.1 OBJETIVOS NACIONAIS DE CONSERVAÇÃO

Para que sejam atendidos os objetivos de conservação adotados por um país, é necessário que o Sistema contemple diferentes categorias de manejo de Unidades de Conservação.

Cada categoria deve cumprir conjuntos específicos de objetivos, de tal forma que o Sistema de Unidades de Conservação alcance a totalidade dos objetivos nacionais de conservação da natureza. Sua distribuição espacial deve ser capaz de proteger o máximo possível os ecossistemas do país, reduzindo ao mínimo a perda da biodiversidade.

O Sistema Brasileiro de Unidades Federais abrange categorias de Unidades de Conservação de manejo sustentado e de proteção integral dos recursos.

Os objetivos nacionais de conservação da natureza que o Sistema de Unidades de Conservação brasileiro devem atingir são:

1. proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
2. manter a diversidade biológica e os recursos genéticos no território brasileiro e nas águas jurisdicionais;
3. preservar e restaurar a diversidade dos ecossistemas naturais;
4. promover a sustentabilidade do uso dos recursos naturais;
5. estimular o desenvolvimento regional integrado, com base nas práticas de conservação;
6. manejar os recursos da flora e da fauna para sua proteção, recuperação e uso sustentável;
7. proteger paisagens naturais ou pouco alteradas, de notável beleza cênica;
8. proteger as características excepcionais da natureza geológica, geomorfológica e, quando couber, arqueológica, paleontológica e cultural;
9. proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
10. incentivar atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento de natureza ambiental, sob todas as suas formas;
11. favorecer condições para a educação e interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza;
12. preservar áreas naturais até que estudos futuros indiquem sua adequada destinação.

As categorias de manejo legalmente estabelecidas no Brasil têm sua correspondência nas categorias reconhecidas pela IUCN (União Nacional para Conservação da Natureza), descritas na Tabela 2.3.

TABELA 2.3 - Relação Entre as Categorias de Áreas Protegidas da IUCN e de Manejo no Brasil.

Categorias da IUCN (1994)	Categorias de Manejo Legalmente Estabelecidas no Brasil
Categoria I (Reserva Natural Estrita)	Reserva Biológica (REBIO) Estação Ecológica (ESEC) Reserva Ecológica (RESEC)
Categoria II (Parque Nacional)	Parque Nacional (PARNA)
Categoria III (Monumento Natural)	
Categoria IV (Área de Manejo de Habitat/Espécies)	
Categoria V (Paisagem Terrestre e Marinha Protegidas)	Área de Proteção Ambiental (APA) Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)
Categoria VI (Área protegida com recursos manejados)	Floresta Nacional (FLONA) Reserva Extrativista (RESEX)

2.2.2 CATEGORIAS DE MANEJO

Para que os objetivos nacionais de conservação sejam atingidos através das áreas protegidas, é importante que estas sejam manejadas de diferentes formas.

Dentro dessa concepção, as áreas protegidas são agrupadas em:

➤ **Unidades de Conservação de Uso Indireto (Proteção Integral)**

Aquelas onde estão totalmente restringidos a exploração ou aproveitamento dos recursos naturais, admitindo-se, apenas, o aproveitamento indireto dos seus benefícios. São identificadas como Unidades de Proteção Integral. Categorias: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica e Reserva Ecológica.

● **Parques Nacionais (PARNA)**

Criados em conformidade com a Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1.965, que instituiu o novo Código Florestal, e com a Lei nº 5.197 de 3 de janeiro de 1.967, a Lei de Proteção à Fauna, e regulamentados pelo Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, os Parques Nacionais são Unidades de Conservação que se destinam à preservação integral de áreas naturais com características de grande relevância sob os aspectos ecológicos, cênico, científico, cultural, educativo e recreativo, vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta. Executam-se as medidas de recuperação de seus sistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos naturais. Comportam a visitação pública com fins recreativos e educativos regulamentada pelo Plano de Manejo da Unidade, de acordo com as normas estabelecidas pelo IBAMA.

- **Reservas Biológicas (REBIO)**

Criadas em conformidade com as Leis nº 4.771 de 15 de setembro de 1.965 e a nº 5.197 de 3 de janeiro de 1.967, são Unidades de Conservação destinadas à preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, executando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. As Reservas Biológicas não são destinadas à visitação com finalidade recreativa, mas são autorizadas visitas com objetivos educativos, de acordo com as determinações de seu plano de manejo.

- **Estações Ecológicas (ESEC)**

Criadas pela Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1.981, são Unidades de Conservação que se destinam à preservação integral da biota e pesquisas científicas. A visitação pública para fins recreativos não é admitida, permitindo-se no entanto, de acordo com o regulamento específico, a sua realização com objetivo educacional.

- **Reservas Ecológicas (RESEC)**

O Decreto nº 89.336 de 31 de janeiro de 1.984 dispõe sobre as Reservas Ecológicas. Podem ser públicas ou particulares, de acordo com sua situação dominial, a serem instituídas pelo CONAMA. Este Órgão também será encarregado de estabelecer normas e critérios referentes ao uso racional dos recursos ambientais destas Reservas. A visitação pública para fins recreativos não é admitida, permitindo-se entretanto, a sua realização com objetivos educacionais.

- **Unidades de Conservação de Uso Direto (Manejo Sustentado)**

Aquelas nas quais a exploração e o aproveitamento econômico direto são permitidos, mas de forma planejada e regulamentada, ou seja, que visem o desenvolvimento sustentável. Categorias: Floresta Nacional, Reserva Extrativista e Área de Proteção Ambiental.

- **Áreas de Proteção Ambiental (APA)**

Criadas de acordo com a Lei nº 6.902 de 27 de abril de 1.981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1.990. Constituídas por áreas públicas e/ou privadas, têm o objetivo de disciplinar o processo de ocupação das terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem estar das populações humanas que aí vivem, resguardar ou incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes.

- **Florestas Nacionais (FLONA)**

Criadas segundo a Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1.965. São áreas de domínio público, providas de cobertura vegetal nativa ou plantada, estabelecidas com o objetivo de promover o manejo dos recursos naturais com ênfase na produção de madeira e outros produtos vegetais, garantir a proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas e dos sítios históricos e arqueológicos,

assim como fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e turismo.

- **Reservas Extrativistas (RESEX)**

Criadas de acordo com a Lei no 7.804 de 18 de julho de 1.989 e o Decreto no 98.897, de 30 de janeiro de 1.990. Tratam as Reservas Extrativistas como espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social, localizadas em áreas que possuam características normais ou exemplares de biota, que possibilitem a sua exploração auto-sustentável, sem prejuízo da Conservação Ambiental.

- **Reservas da Biosfera**

São áreas previstas no Programa Homem e a Biosfera (MAB), lançado em 1.972, na 16ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO. As Reservas da Biosfera devem incluir:

- amostra de biomas naturais;
- comunidades únicas de áreas naturais de excepcional interesse;
- exemplos de uso harmonioso da Terra, e
- exemplos de ecossistemas modificados ou degradados onde seja disponível uma restauração de condições mais naturais.

Uma Reserva da Biosfera pode incluir Unidades de Conservação de proteção integral ou manejo sustentado, e áreas alteradas pelo homem para a agricultura, pecuária, etc. A Tabela 2.4 resume os principais objetivos das Unidades de Conservação estabelecidas no Brasil.

2.3 LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

A distribuição das Unidades de Conservação Federais em território brasileiro está apresentada na Figura 2.1. Entre elas, as Estações Ecológicas, Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Reservas Ecológicas são UC's de uso indireto, ilustradas separadamente na Figura 2.2.

2.4 DIFERENTES FORMAS DE CLASSIFICAÇÃO DE UNIDADES AMBIENTAIS DO BRASIL

A diversidade e complexidade dos ecossistemas ou unidades ambientais brasileiros induziam à criação de diferentes classificações para o território nacional. As linhas que regem as diversas sistemáticas de classificação prendem-se a temas que, de acordo com cada autor, melhor refletem os cenários brasileiros. Para a preservação do meio, seria necessário garantir que áreas representativas de cada temática fossem consideradas. Desta forma, apresentam-se, a seguir, sete sistemas de classificação selecionados pela sua capacidade de síntese e/ou expressão da variabilidade do território brasileiro, que devem estar reproduzidos em, pelo menos, uma Unidade de Conservação Federal.

TABELA 2.4 - Contribuição das Categorias de Manejo de Unidades de Conservação Estabelecidas - Objetivos Básicos de Manejo.

	Categorias de Proteção Integral ou Uso Indireto dos Recursos				Categorias de Uso Sustentado ou Uso Direto dos Recursos		
	Parque Nacional	Reserva Biológica	Estação Ecológica	Reserva Ecológica	Área de Proteção Ambiental	Floresta Nacional	Reserva Extrativista
Preservar a diversidade biológica							
Preservar/Restaurar amostras de Ecossistema							
Proteger espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção							
Propiciar fluxo genético							
Manejar recursos de flora e fauna							
Proteger paisagens e beleza cênica							
Proteger recursos hídricos (mananciais)							
Propiciar pesquisa científica e estudos							
Propiciar educação ambiental							
Propiciar recreação							
Incentivar o uso sustentável dos recursos naturais							
Estimular o desenvolvimento regional							
Servir como zona tampão							
Proteger o patrimônio histórico-cultural							

Fonte: Fundação Pró-Natureza - FUNATURA, 1.989

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

■ - Objetivo Primário para o Manejo de Recursos

■ - Objetivo Secundário, porém importante para a categoria

■ - Cientificamente recomendado

■ - Onde for possível

■ - Não procede



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
IBAMA
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E VIDA SILVESTRE**

**PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA
PLANO DE MANEJO**



Elaboração: GTZ, IBAMA/DIREC/DEUC, CSR
Edição Final: LAPLA-FEC-UNICAMP, Associação Pró-Bocaina.
Fonte: IBAMA-DIREC-DEUC.

Figura 2.1 – Unidades de Conservação Federal de Uso Direto e Indireto.



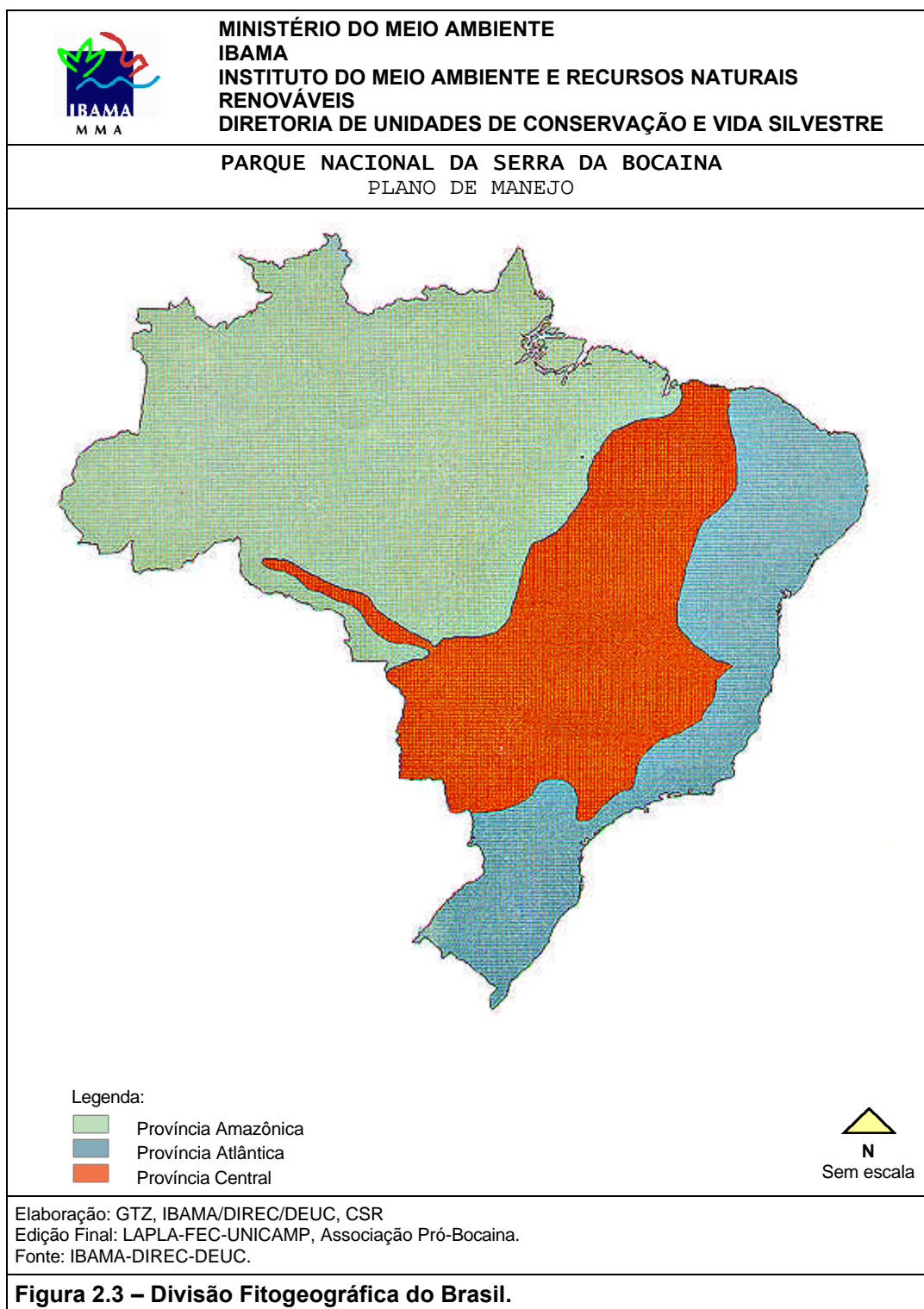
➤ Divisão Fitogeográfica do Brasil

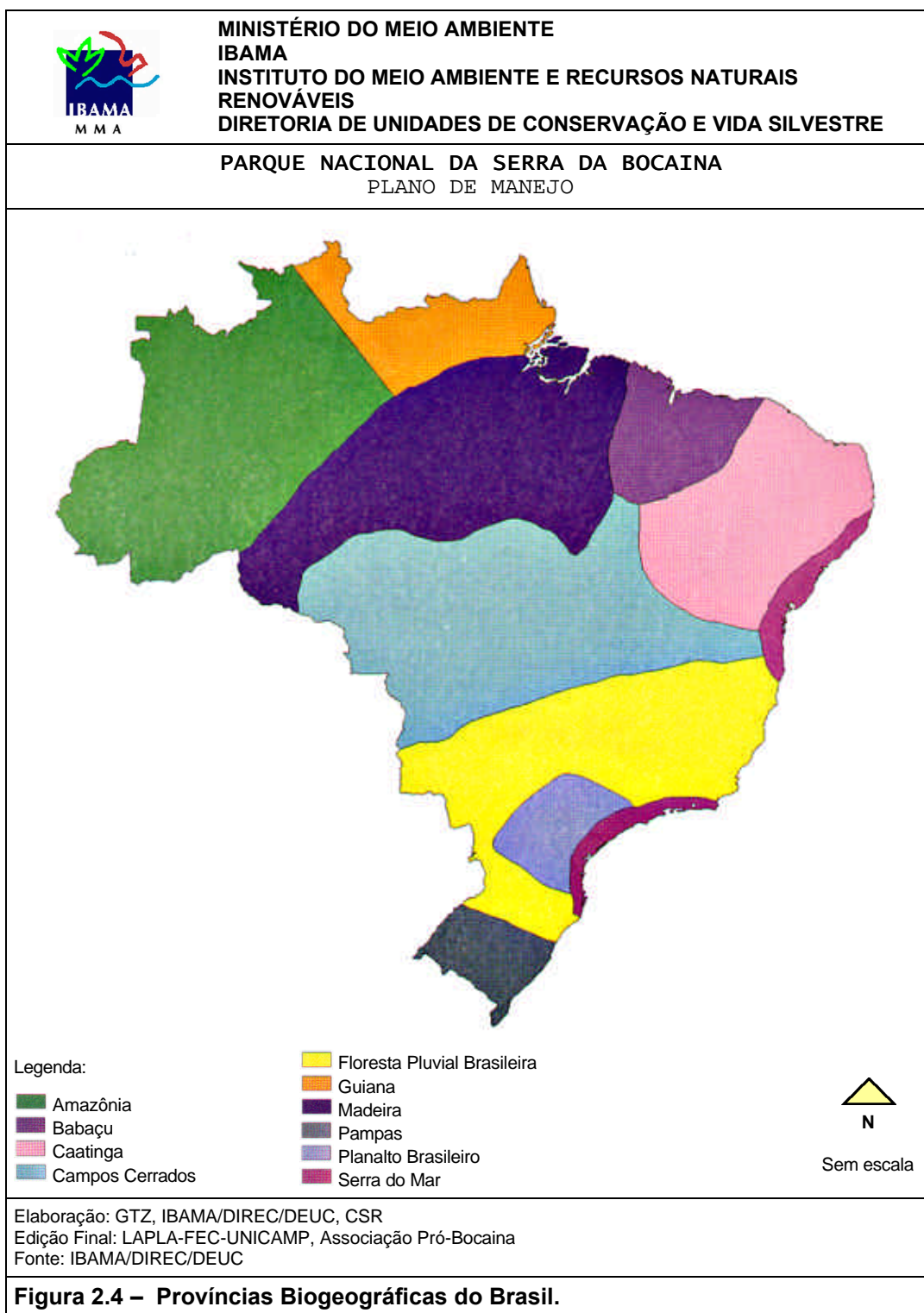
Rizzini (1.963), define o território pela vegetação característica e abrangente do espaço brasileiro, constituindo três grandes províncias fitogeográficas: Província Amazônica, Província Atlântica e Província Central (Figura 2.3).

➤ Províncias Biogeográficas do Brasil

Udvardy (1.975), propôs uma subdivisão da biosfera em domínios biogeográficos baseada na distribuição geográfica ou paleogeográfica das espécies animais e vegetais. Esta classificação teve como objetivo principal a hierarquização de áreas interessantes para conservação, englobando fauna e flora, sendo

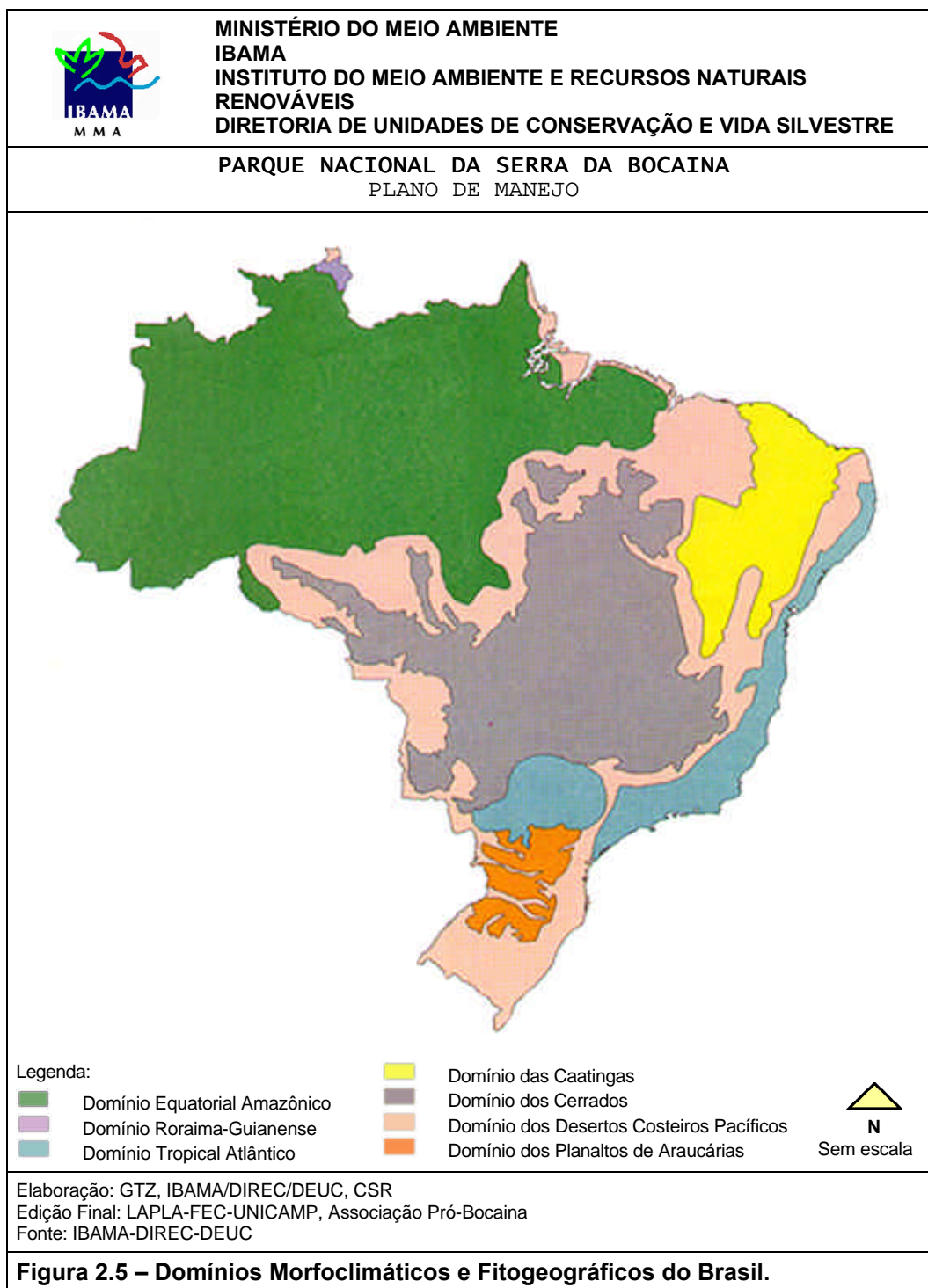
divididas geograficamente em 10 províncias biogeográficas: Amazônia, Guiana, Madeira, Babaçu, Caatinga, Campos Cerrados, Floresta Pluvial Brasileira, Planalto Brasileiro, Serra do Mar e Pampas (Figura 2.4).





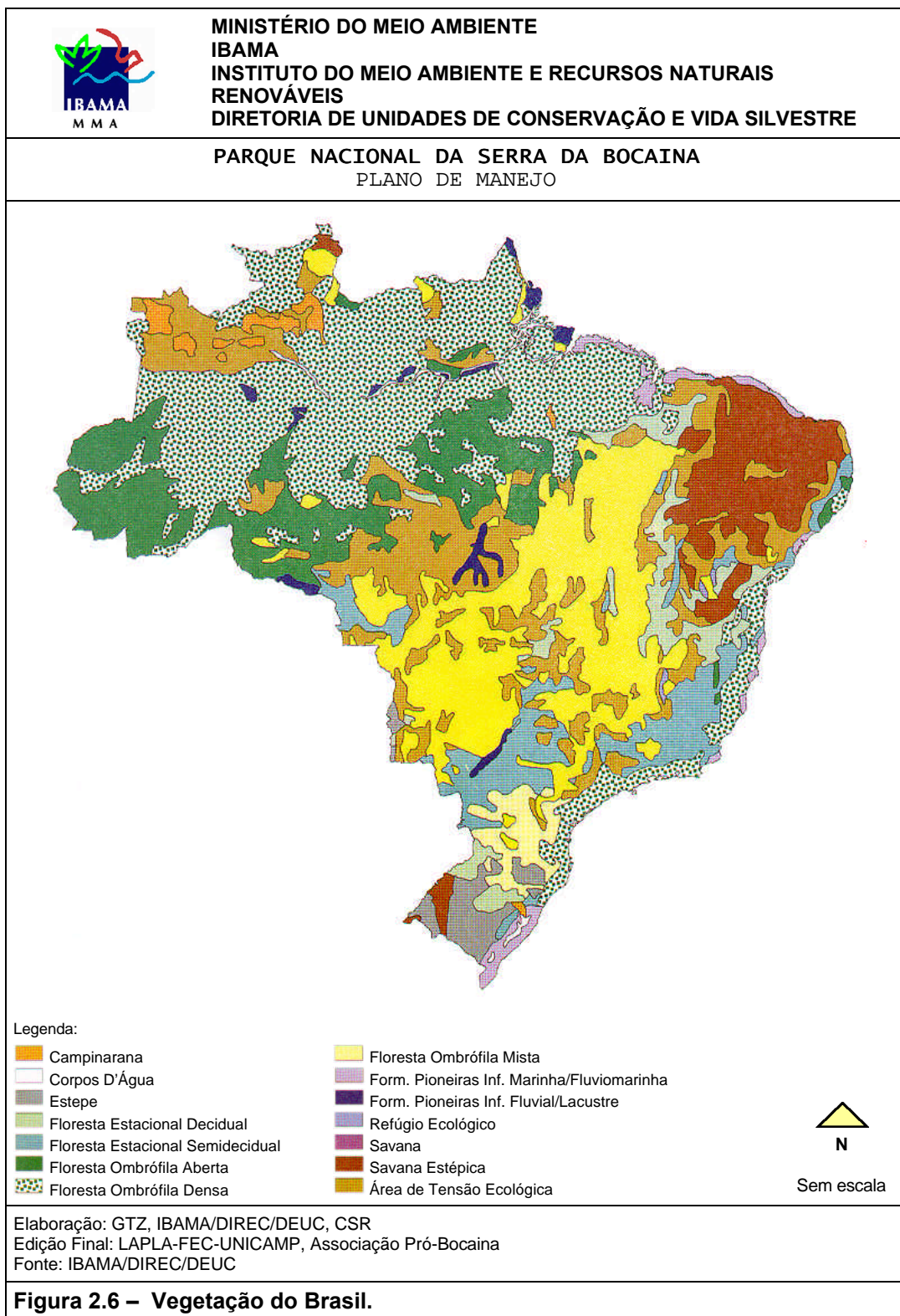
➤ Domínios Morfoclimáticos e Fitogeográficos do Brasil

Ab'Saber (1.977), divide a América do Sul em seis grandes regiões denominadas de domínios morfoclimáticos, baseando-se na distribuição de pluviosidade e dos grandes grupos vegetacionais (cerrado, chaco, florestas, etc.). Cada domínio apresenta uma “fisionomia” própria que permite diferenciá-lo de outras regiões. Além de basear-se nos elementos naturais, esta classificação considera a interdependência entre estes elementos, mesmo quando toma como referência apenas um ou dois destes dominantes na área (Figura 2.5).



➤ Vegetação do Brasil

O mapa de vegetação realizado pelo IBGE (1.984), correspondeu a uma tentativa de reconstituição dos tipos de vegetação que recobriam o território brasileiro na época do seu descobrimento. A provável extensão de cada um deles foi estimada com base em bibliografia fitogeográfica reconhecida e nos levantamentos dos remanescentes da vegetação natural e nos trabalhos de campo (Figura 2.6).



➤ Mapa de Solos do Brasil

O mapa de solos do IBGE (1.992), constitui basicamente uma classificação com a finalidade de organizar os conhecimentos existentes sobre os solos brasileiros, agrupando-os com base em suas propriedades, relações existentes entre os diferentes tipos e estabelecendo subdivisões para aplicação a objetivos específicos. Este mapa esquemático (Figura 2.7) fornece uma síntese dos levantamentos detalhados disponíveis, permitindo uma visão global dos solos dominantes em áreas extensas.

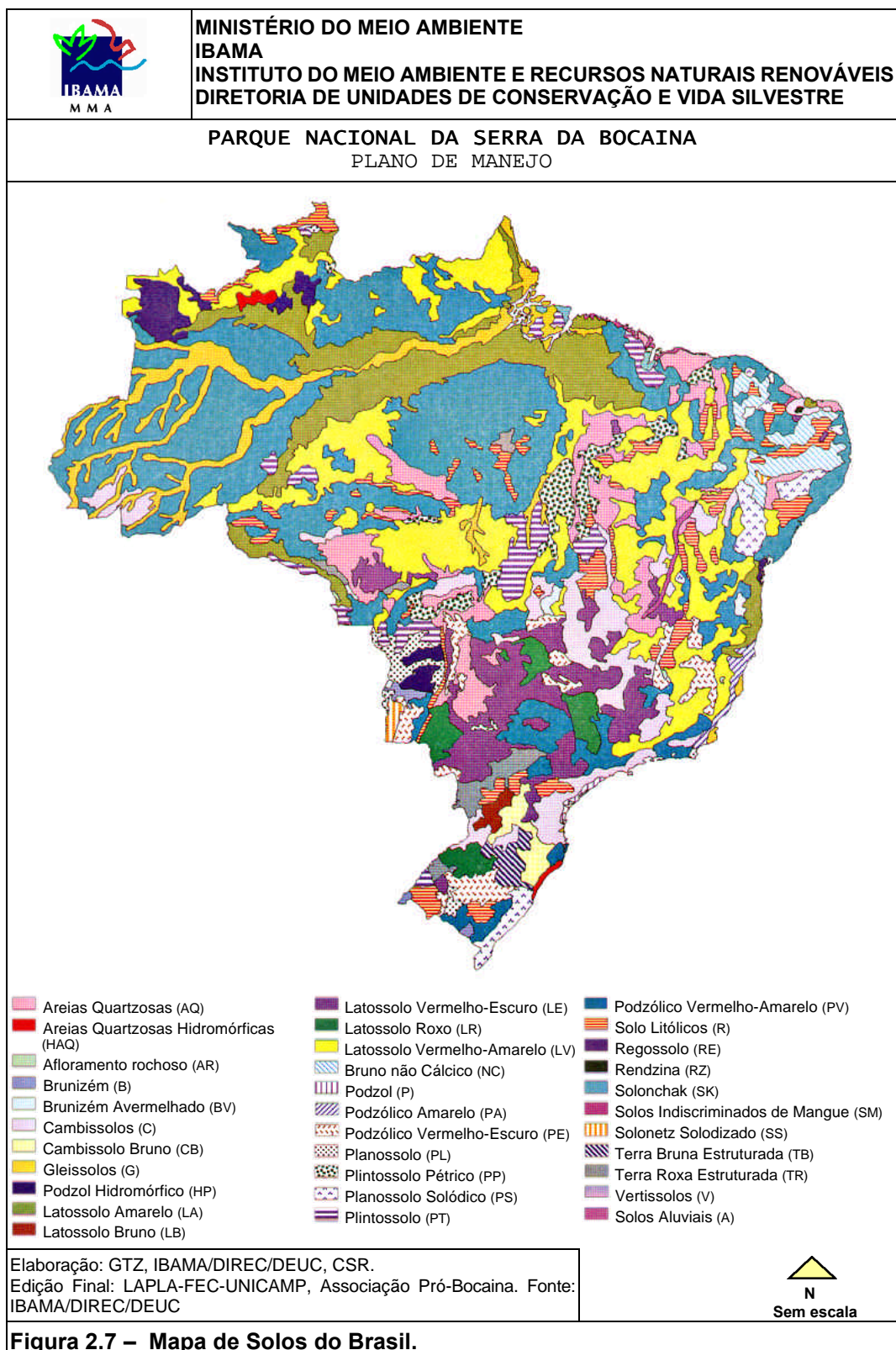


Figura 2.7 – Mapa de Solos do Brasil.

➤ **Bacias Hidrográficas do Brasil**

As bacias hidrográficas brasileiras foram compiladas pelo IBGE (1.995), num mapa da hidrografia brasileira no qual são apresentadas as seis principais bacias hidrográficas e ainda o agrupamento das bacias do Amapá e do Nordeste. Como características gerais, a hidrografia brasileira é representada pela presença de muitos rios e poucos lagos, com predominância de rios de planalto. Direta ou indiretamente, a maioria dos rios é tributária do Atlântico, apresentando regime

tropical austral, com desembocadura em forma de estuário e, alguns, em forma de delta (Figura 2.8).



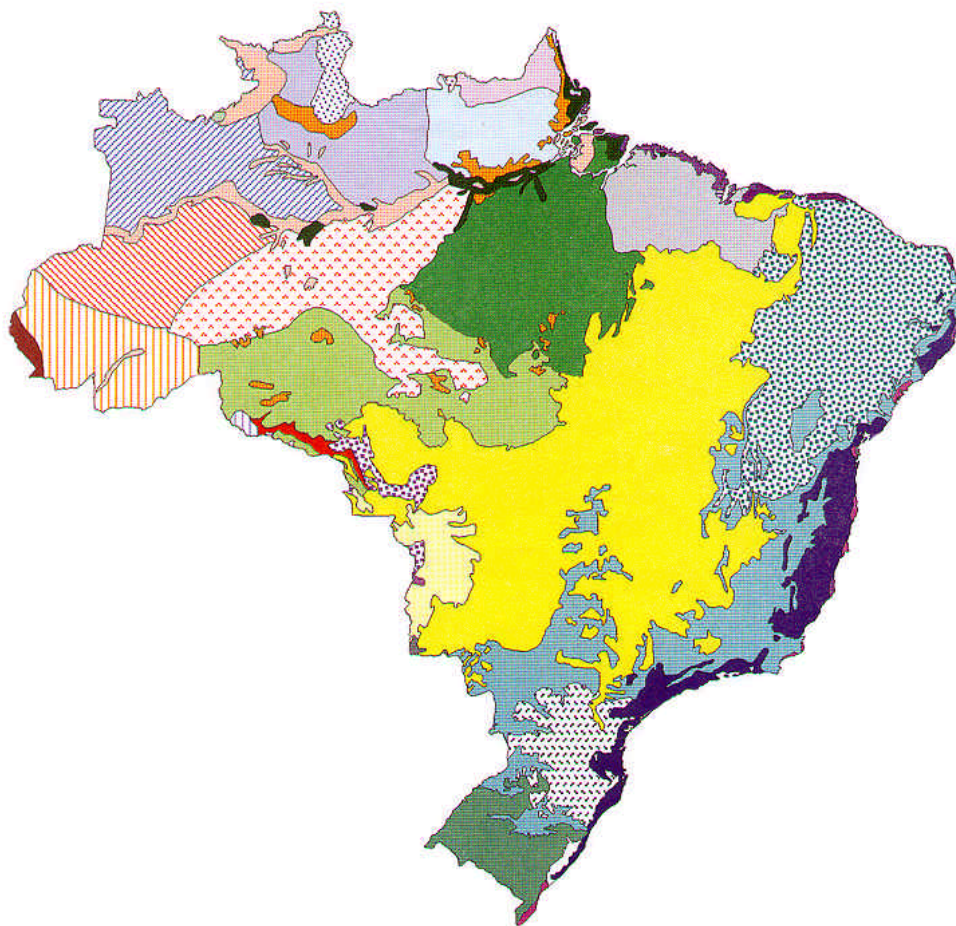
➤ Eco-Regiões do Brasil

Dinerstein (1.995), apresenta o mapa de classificação das eco-regiões representando todos os tipos de habitat e ecossistemas da América Latina que permitem avaliar o estado de conservação. Esta classificação utilizou critérios que se ajustam à dinâmica e padrões especiais de diversidade específicos para cada um dos tipos principais de ecossistemas (Figura 2.9).



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
IBAMA
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E VIDA SILVESTRE

PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA
PLANO DE MANEJO



Floresta Úmida de Alta Montanha da Guiana	Mata Atlântica da Costa Brasileira	Pantanal
Pantepuis	Mata Atlântica do Interior Brasileiro	Caatinga
Floresta Úmida da Região do Rio Japurá	Floresta Seca de Terras Baixas	Restingas do Nordeste
Floresta Úmida de Uatama	Mata Araucária	Restingas da Costa Atlântica
Floresta Úmida de Amapá	Savana da Guiana	Mangue
Floresta Úmida da Guiana	Savana da Amazônia	
Floresta Úmida da Amazônia "Sul Ocidental"	Savana do Beni	
Floresta Úmida do Rio Juruá	Cerrado	
Floresta de Várzea	Savana de Chaco	
Floresta Úmida da Região do Rio Purus	Chaco Úmido	
Floresta Úmida de Rondônia/MT	Savana do Uruguai	
Floresta de Galeria e Inundável	Pastagem Inundável da Amazônia Ocidental	
Floresta Úmida da Região do Rio Tapajós	Pastagem Inundável da Amazônia Oriental	
Floresta Úmida do Rio Tocantins	Pastagem Inundável de São Luis	



Sem escala

Elaboração: GTZ, IBAMA/DIREC/DEUC, CSR.
 Edição Final: LAPLA-FEC-UNICAMP, Associação Pró-Bocaina.
 Fonte: IBAMA/DIREC/DEUC.

Figura 2.9 – Eco-Regiões do Brasil.